

## 8.2 – Notas ao balanço e à demonstração de resultados

8.2.1. – Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excepcionais devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos no balanço e demonstração de resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da autarquia local.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos desta autarquia e respectiva documentação, tendo sido seguidos os princípios de contabilidade geralmente aceites que estão apresentados de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

8.2.2. – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com o exercício anterior.

No decurso das operações de encerramento contabilístico do exercício de 2014, procedeu-se à correção do valor da receita registada e cobrada ao longo do ano respeitante a Derrama. Este procedimento contabilístico traduziu-se na transferência do montante de 806.027,55 euros da rubrica de proveitos “7214 - Derrama” para “59 - Resultados Transitados”, na medida em que os valores recebidos em 2014 dizem respeito a proveitos de anos transactos.

Adicionalmente, relativamente à Derrama de 2014 que apenas será cobrado em 2015, procedeu-se ao registo do montante de 1.098.201,08 euros na rubrica “2719 - Acréscimos de Proveitos ” por contrapartida dos proveitos e ganhos do exercício, designadamente na conta “7214 – Derrama”.

Assim, apesar da alteração do referido procedimento contabilístico não apresentar impactos materialmente relevantes na Demonstração dos Resultados de 2014, o saldo da rubrica de Acréscimos de Proveitos em 31 de Dezembro de 2014 não é comparável com o que foi apresentado no Balanço referente ao exercício imediatamente anterior.

Foram considerados empréstimos a curto prazo as amortizações dos empréstimos que vencem no decorrer do ano 2015.

8.2.3. – Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas de balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculos respeitantes a ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

Os critérios valorimétricos aplicados relativamente a:

- a) Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas

O imobilizado corpóreo foi valorizado pelo custo de aquisição ou de produção quando este valor era conhecido.

As amortizações foram as constantes da Portaria nº671/2000 de 17 de Abril, que aprova o CIBE, com excepção da rede viária, cujas taxas tiveram em atenção a vida útil inferior a 20 anos e de algumas viaturas que foram avaliadas por um técnico especializado e atribuída uma previsão da vida útil esperada para cada uma delas.

b) Imobilizado Financeiro

O imobilizado financeiro foi valorizado pelo valor de aquisição.

c) Imobilizado – Bens do Domínio Público

O imobilizado – Bens do Domínio Público foi valorizado pelo valor de aquisição

As amortizações foram as constantes da Portaria nº671/2000 de 17 de Abril, que aprova o CIBE.

d) Existências

As existências estão valorizadas ao custo de aquisição, que considera o respectivo preço de compra e os gastos suportados directa e indirectamente para colocação do bem no seu estado actual e no local de armazenagem.

e) Disponibilidades, dívidas de e a terceiros

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respectivamente.

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Não existem transações em moeda estrangeira.

f) Provisões de Cobrança duvidosa e de investimentos financeiros

Para efeitos de constituição da provisão para cobranças duvidosas, consideram-se as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

O montante anual acumulado de provisão para cobertura das dívidas referidas no parágrafo anterior é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;

b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Nos casos em que os investimentos financeiros, relativamente a cada um dos seus elementos específicos, têm, à data do balanço, um valor inferior ao registado na contabilidade, este é objecto da correspondente redução.

g) Acréscimos e diferimentos

De acordo com o princípio da especialização do exercício:

- 1) São contabilizados como custo do exercício:
  - As remunerações a liquidar em 2015 que reflectem custos do exercício de 2014 (valor calculado mediante previsão);
  - Outros custos como consumos de comunicações, luz e gás e custos de natureza financeira a reconhecer no exercício.
- 2) Como proveitos a ser reconhecidos no exercício, temos os subsídios para investimentos, associados a activos que são movimentados numa base sistemática para a conta 79.8.3 - «Proveitos e ganhos extraordinários – Outros proveitos e ganhos extraordinários – Transferências de capital» à medida que vão sendo contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitem.

8.2.4. – Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e na demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira.

Não existem disponibilidades em moeda estrangeira

8.2.5. – Situação em que o resultado do exercício foi afectado.

A taxa de amortização do activo imobilizado, no que diz respeito à rede viária, é superior à prevista no CIBE, por se ter em atenção um tempo de vida útil inferior a 20 anos, o que levou a que as amortizações do exercício fossem superiores às que seriam, caso tivessem sido aplicadas as taxas de amortização preconizadas no CIBE.

8.2.6. – Comentário às contas 431 Despesas de Instalação e 432 Despesas de Investigação e Desenvolvimento.

Não existe movimento nestas contas.

8.2.7. – Movimentos ocorridos nas rubricas do Activo Imobilizado constantes do Balanço e nas respectivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

Mapas “Activo Bruto” e “Amortizações e Provisões” (ver anexo)

8.2.8. – Desagregação das rubricas dos mapas “Activo Bruto” e “Amortizações e Provisões”.

De Investimentos Financeiros:

**Partes de Capital:**

**Valor:** 1.955.859,89 (em 2013)  
1.181.626,00 (em 2014) A diminuir

Variação relacionada com a regularização dos valores das guias de receita emitidas para a CIRA associadas à subscrição do capital da Polis da Ria.

**Obrigações e Títulos de participação**

**Valor:** 1.000,00 (em 2013)  
1.314.624,45 (em 2014) A crescer

De imobilizações corpóreas:

**Terrenos e recursos naturais:** Nesta rubrica enquadram-se os terrenos adquiridos pelo Município para o seu domínio privado e como tal suscetíveis de serem registados a favor do Município na competente Conservatória, ao contrário dos terrenos do domínio público.

**Valor:** 3.455.041,78 (em 2013)  
44.406,52 (em 2014) A crescer

**Edifícios e outras construções:** Nesta rubrica estão contemplados todos os edifícios e construções construídos ou adquiridos pela Câmara Municipal, afectos à sua actividade operacional: habitação, instalações de serviços, instalações desportivas e recreativas, escolas, jardins-de-infância, iluminação pública, etc.

**Valor:** 54.497.428,25 (em 2013)  
8.626.605,49 (em 2014) A crescer

**Equipamento básico:**

**Valor:** 1.059.896,09 (em 2013)  
16.578,60 (em 2014) A crescer

**Equipamento de transporte:**

**Valor:** 2.745.125,67 (em 2013)  
65.000,02 (em 2014) A crescer

**Ferramentas e utensílios:**

**Valor:** 403.238,36 (em 2013)  
18.673,79 (em 2014) A crescer

**Equipamento administrativo:**

**Valor:** 4.019.365,85 (em 2013)

354.079,39 (em 2014) A acrescentar

**Taras e vasilhame:**

**Valor:** 616,02 (em 2013)  
(em 2014) A acrescentar

**Outras imobilizações corpóreas:**

**Valor:** 241.447,31 (em 2013)  
5.964,12 (em 2014) A acrescentar

**Despesas de instalações:**

**Valor:** 823,02 (em 2013)  
(em 2014) A acrescentar

**Despesas de investigação e de desenvolvimento:**

**Valor:** 120.551,06 (em 2013)  
(em 2014) A acrescentar

**Bens do domínio público:**

Terrenos e Recursos Naturais: Nesta rubrica incluem-se terrenos adquiridos pelo município para serem afectos ao domínio público e que irão permanecer com essa natureza, não lhes sendo dada qualquer outra afectação.

**Terrenos e recursos naturais:**

**Valor:** 3.796.475,81 (em 2013)  
1.901.453,93 (em 2014) A acrescentar

**Edifícios:**

**Valor:** 2.701.294,62 (em 2013)  
(em 2014) A acrescentar

**Outras construções e infra-estruturas:** Nesta rubrica, está contemplada a rede viária concelhia. Dada a extensão do Concelho de Águeda, tornou-se impossível a valorização, e a identificação individual de todas as estradas, caminhos municipais e outros caminhos, em tempo oportuno, apesar deste processo estar a decorrer. Face às contingências acima enunciadas, optou-se pela inventariação da rede viária como um grupo homogéneo, com

base em estimativas técnicas fornecidas pelo Departamento de Obras municipais, tendo o cuidado de separar estes grupos de acordo com o seu estado, a natureza dos materiais e as suas implicações nas taxas de amortização praticadas.

**Valor:** 67.257.304,87 (em 2013)  
6.974.382,43 (em 2014) A Acrescer

8.2.9. – Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não existe.

8.2.10. – Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.

Não são permitidas reavaliações, nos termos do ponto 4.1.11 do capítulo 4 “ Critérios de valorimetria” – POCAL.

8.2.11. – Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não existe mapa de reavaliações.

8.2.12. – Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global para cada uma das contas.

Existem imóveis de escolas que não se encontram em utilização cuja utilização foi cedida a associações

Não existem imobilizações implantadas em propriedade alheia.

Não existem Imobilizações reversíveis;

Não existem custos financeiros capitalizados”

.

8.2.13. – Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos.

Não existem bens em regime de locação financeira.

8.2.14. – Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar com indicação das razões dessa impossibilidade.

A relação dos bens que não foi possível valorizar encontra-se no Património Municipal.

Existem 11.004 bens inventariados e não valorizados, por se tratar de bens adquiridos antes do ano 2002, sendo o seu valor líquido zero. O grande número de bens não valorizados refere-se a equipamento instalado nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins de Infância. De referir que um bem dá origem a um n.º de inventário, justificando-se assim o grande número de bens no



património. Estamos a proceder a atualização dos dados de forma a abater os bens sem valor e sem utilização a nível escolar.

8.2.15. – Identificação dos bens do Domínio Público que não são objecto de amortização e indicação das respectivas razões.

Relativamente aos bens do domínio público que não são objecto de amortização, enquadra-se o Largo 1º de Maio pelo facto de não existir taxa de amortização para este bem no CIBE.

8.2.16. – Designação e sede das entidades participadas, com indicação de parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício.

#### Mapa das entidades participadas

Designação	Sede	Contribuinte	Participação	Capitais Próprios	Resultados
<b>Caixa de Crédito Agrícola Mutuo do Baixo Vouga</b>	Águeda	501 389 059	499,00 €	14.716.001,00 €	-992.449,00€*
<b>Ersuc – Empresa de Resíduos Sólidos e Urbanos</b>	Coimbra	503 004 405	174.160,00 €	18.281.975,00 €	605.006,00€
<b>SIMRIA – Saneamento Integrado de Municípios da Ria</b>	Aveiro	503 929 441	474 185,00 €	17.994.973,00 €	914.977,00€*
<b>Coimbravita, SA – Em liquidação</b>	Coimbra	505 073 480	24 939,89 €	676.145,00 €	21.355,33€**
<b>ADRA - Águas da Região de Aveiro</b>	Aveiro	509 107 630	100 450,00 €	16.773.427,30 €	1.517.766,23€*
<b>Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro - Baixo Vouga</b>	Aveiro	508 771 935		1.336.206,68 €	203.976,02 €

\* Dados do ano anterior.

\*\* Dados do último ano disponível

8.2.17. – Relativamente aos elementos incluídos nas contas “Títulos negociáveis” e “Outras aplicações de Tesouraria”, indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores de balanço.

Não aplicável.

8.2.18. – Discriminação das contas “Outras Aplicações Financeiras” com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.



Não existem outras aplicações financeiras.

8.2.19. – Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respectivos preços de mercado.

Não existem diferenças relevantes.

8.2.20. – Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Não existem situações que justifiquem esta atribuição.

8.2.21. – Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não foram criadas provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante.

8.2.22. – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

**Clientes, Contribuintes e Utentes: Valor: 151.448,04€**

8.2.23. – Valor global das dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.

Aqui incluem-se as férias e os subsídios de férias a liquidar no ano seguinte.

8.2.24. – Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

Não foram emitidos quaisquer títulos por esta entidade.

8.2.25. – Discriminação das dívidas incluídas na conta “Estado e Outros Entes Públicos” em situações de mora.

Não existem.

8.2.26. – Descrição desagregada das responsabilidades por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa.

Mapa de contas de ordem em anexo.

8.2.27. – Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício.

**Município de Águeda**

**2014**

Código das Contas	Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões p/ aplicação de Tesouraria				





291	Provisões para cobrança duvidosas	144.921,20€			144.921,20€
292	Provisões para riscos e encargos		891.739,46€		891.739,46€
39	Provisões para depreciação de existências				
49	Provisões para Investimentos Financeiros	131.581,45€	24.939,89€		156.521,34€

8.2.28. – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5, constantes do balanço.

A variação da conta de Fundo Patrimonial reporta-se ao resultado líquido.

O valor constante da conta 575 – Subsídios, resulta do facto do bem ao qual foi atribuído o subsídio não ter taxa de amortização e como está previsto no POCAL o valor é totalmente afecto a esta conta.

Na rubrica de resultados transitados foram considerados os seguintes valores considerados correções de grande significado.

Movimentos a crédito:

- 1.118.096,11 €, reajustamento dos critérios de especialização, designadamente no que concerne do valor da derrama.
- 456.668,97 €, regularização do custo considerado em excesso da parte vendida no Parque do Casarão
- 75.188,40 €, retificação da imputação dos subsídios ao investimento relacionados com a Biblioteca Municipal;
- 390.350,33 €, regularização do valor de guias da CIRA consideradas como custos em exercícios anteriores;

Movimentos a débito:

- 891.739,46 €, consideração de provisões para processos judiciais em curso com origem em exercícios anteriores, particularmente dos processos 744/11.1 e 822/11.7;
- 473.859,68 €, regularização das amortizações de anos anteriores da Biblioteca Municipal.

A conta de resultados transitados inclui 1.536.284,21€ provenientes do ano 2008 relacionados com a não exigibilidade do saldo da SIMRIA, por faturação em excesso em relação aos caudais reais, situação sobre a qual se procedeu a um Acordo Transaccional em que o Município se obriga a liquidação daquele montante à medida que aquela entidade lhe distribua dividendos. Por não existir segurança quanto à existência de um exfluxo futuro e o mesmo não poder ser mensurado com fiabilidade, consideramos o mesmo um passivo contingente.

8.2.29. – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

(Unidade: Euro)		2014
Movimentos	Mercadorias	Matérias-Primas Subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	2.801.807,83	263.324,22
Compras		637.982,15
Regularização das existências		-20.233,16
Existências Finais	1.691.626,42	261.936,53
<b>Custo no Exercício</b>		<b>619.136,68</b>

A variação entre as existências iniciais e as existências finais de mercadorias, no valor de 1.110.181,41 €, está essencialmente relacionada com a consideração do valor de aquisição dos terrenos do Parque do Casarão que se encontram afetos à infraestrutura pública e como tal parte integrando do imobilizado do Município. Desta forma, procedeu-se à transferência do montante devido para a rubrica respetiva.”

8.2.30. – Demonstração da variação da produção.

Não aplicável.

8.2.31. – Demonstração de resultados financeiros.

Ver mapa anexo.

8.2.32. – Demonstração de resultados extraordinários.

Ver mapa anexo.